



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 697680/21
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR: CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

ACÓRDÃO Nº 508/22 - Tribunal Pleno

Processo de Homologação de Recomendações. PAF 2021. Recomendações da CAUD. Artigo 267-A do Regimento Interno. Receita Pública. Pela homologação.

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo de Homologação de Recomendações decorrente de fiscalização desempenhada pela Coordenadoria de Auditorias – CAUD, na área de “Receita Pública”, em razão do estabelecido no Plano Anual de Fiscalização - PAF de 2021 deste Tribunal de Contas¹ e nos artigos 256² e 271³ do Regimento Interno, em consonância com o procedimento determinado nos artigos 5º, XLII⁴, 259-A, inciso IV e parágrafo único⁵, e 267-A, §§ 2º e 3º⁶, do aludido Regimento.

¹ Aprovado pelo Acórdão n.º 3081/20 do Tribunal Pleno.

<https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2020/10/pdf/00351527.pdf>

² Art. 256. Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II - identificar objetos e procedimentos de fiscalização;

III - avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações

³ Art. 271. A fiscalização da arrecadação da receita a cargo dos órgãos e entidades da administração direta e indireta dos Poderes do Estado e dos Municípios, bem como dos fundos e demais instituições sob jurisdição do Tribunal, far-se-á em todas as etapas da receita e processar-se-á mediante levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos ou monitoramentos, incluindo a análise de demonstrativos próprios, com a identificação dos respectivos responsáveis, na forma estabelecida em ato normativo.

⁴ Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno: (..)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Conforme se extrai do Relatório de Levantamento (peça 3), a fiscalização ocorreu junto aos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios paranaenses com o objetivo de “Realizar um diagnóstico da atual situação dos instrumentos de avaliação em massa dos imóveis urbanos para fins de apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - dos Municípios Paranaenses”, em outras palavras, com o propósito de mapear o grau de defasagem das Plantas Genéricas de Valores – PGV, e o instrumento por meio do qual foram editadas.

O levantamento resultou na confecção de 1 (uma) recomendação, sintetizada na peça 8, e exposta no item 5, “b”, do Relatório:

b) Sugere-se que os municípios sejam notificados do presente relatório com recomendação (avaliada a homologação de recomendações nos termos do Regimento Interno) para revisão periódica das suas Plantas Genéricas de Valores em linha com os prazos recomendados nos parágrafos 2º e 3º do art. 30 da Portaria MCid 511/2009 e fundamentada em estudos técnicos capazes de retratar os valores venais compatíveis com os de mercado;

Ainda, nos termos do Relatório, a CAUD propôs:

a) Tomar público e promover a divulgação dos resultados desse levantamento por meio de link no sítio eletrônico do TCE-PR; (..)

XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

⁵ Art. 259-A. Os procedimentos de fiscalização de que trata esta seção terão início: (...)

IV - mediante inclusão no Plano Anual de Fiscalização, nos termos do art. 260 e do art. 151-A, III, nas demais hipóteses.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IV, a unidade técnica responsável pelo procedimento tomará as providências necessárias à instauração do processo de homologação das recomendações ou da proposta de tomada de contas extraordinária, conforme o caso.

⁶ Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios. (...)

§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:

I - ao Presidente ou ao respectivo Superintendente, nos casos das auditorias e inspeções realizadas pelas Coordenadorias e pelas Inspetorias de Controle Externo, respectivamente;

II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.

§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

c) Decorrente do levantamento, remete-se Proposta de Resolução dispondo sobre os prazos para atualização das plantas genéricas de valores para fins de IPTU e ITBI nos municípios paranaenses, cujo objetivo é o acompanhamento das revisões das Plantas Genéricas de Valores dos Municípios, especialmente quanto à sua defasagem. Referida proposta segue os moldes da Resolução 86/2021 desta Corte de Contas, que estabeleceu medidas de controle para o transporte coletivo em decorrência da pandemia da Covid-19.

A Coordenadoria-Geral de Fiscalização - CGF, por meio do Despacho n.º 1248/21-CGF (peça 5), expôs que a proposta de recomendação apresentada foi submetida aos mecanismos de controle de qualidade da fiscalização. Ainda, consignou que a sugestão de recomendação realizada está de acordo com o padrão adotado pela CGF.

Em conformidade com o determinado no Despacho n.º 3408/21-GP (peça 6), o processo foi autuado como Homologação de Recomendações e distribuído a este Presidente.

Na sequência, os autos retornaram ao Gabinete da Presidência - GP para o regular trâmite. Contudo, por entender que Projetos de Atos Normativos devem tramitar em expediente próprio e observar o disposto na Instrução de Serviço n.º 57/2013, por intermédio do Despacho n.º 3546/21-GP (peça 9), encaminhei os autos à Coordenadoria de Auditorias para que realizasse os ajustes necessários para a continuidade do trâmite do processo de Homologação de Recomendações e, para que, caso entendesse pertinente, instaurasse o procedimento específico quanto ao Projeto de Resolução.

Desta forma, por meio da Informação n.º 88/21-CAUD (peça 10), a Coordenadoria consignou ter instaurado o Procedimento n.º 73708-9/21 para o regular fluxo do Projeto de Resolução e, no tocante à Homologação de Recomendação, em síntese, propôs a continuidade do trâmite dos presentes autos, retornando-os a este Gabinete.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

2. VOTO

Sanado o apontamento realizado no Despacho n.º 3546/21-GP, passo a análise da recomendação trazida para homologação.

O processo de Homologação de Recomendações, que visa à melhoria de desempenho da gestão pública, está previsto no artigo 267-A do Regimento Interno deste Tribunal de Contas⁷.

Consoante relatado, a CAUD confeccionou Relatório de Levantamento com o objetivo de “Realizar um diagnóstico da atual situação dos instrumentos de avaliação em massa dos imóveis urbanos para fins de apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - dos Municípios Paranaenses”.

Os trabalhos de fiscalização resultaram na proposição de 1 (uma) recomendação, expostas no item 5, letra “b”, do aludido Relatório (peça 3):

⁷ Art. 267-A. Os resultados das fiscalizações serão necessariamente disponibilizados em relatórios.
§ 1º Será protocolada proposta de instauração de tomada de contas extraordinária, caso presentes os requisitos do art. 262.

§ 2º As recomendações sugeridas pela equipe técnica, no curso da fiscalização para a adoção de providências quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho, serão encaminhadas:

I - ao Presidente ou ao respectivo Superintendente, nos casos das auditorias e inspeções realizadas pelas Coordenadorias e pelas Inspetorias de Controle Externo, respectivamente;

II – ao Presidente, nos casos dos acompanhamentos realizados pelas Coordenadorias.

§ 3º Recebido o procedimento de que trata o § 2º, o Presidente ou o Superintendente determinará a instauração imediata de processo de homologação das recomendações, observada a distribuição prevista no art. 333, § 7º.

§ 4º Será imediatamente colocado em pauta o processo distribuído nos termos do § 3º, para os fins do previsto no art. 5º, XLII e XLIII, sendo enviadas comunicações em meio eletrônico aos demais Conselheiros, Auditores e ao Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da sessão.

§ 5º Se, durante a avaliação da homologação das recomendações, o Plenário entender caracterizada situação prevista no art. 236, determinará a instauração de tomada de contas extraordinária quanto à questão específica, prosseguindo o processo para a homologação das demais recomendações.

§ 6º As recomendações homologadas serão encaminhadas ao jurisdicionado pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização ou pela Inspetoria de Controle Externo, conforme o caso.

§ 7º O cumprimento das recomendações homologadas poderá ser submetido a monitoramento, nos termos do art. 259, parágrafo único.

§ 8º Caso, em virtude da fiscalização, seja cabível concomitantemente a abertura de tomada de contas extraordinária e a expedição de recomendação prevista no § 2º, a instauração do processo de homologação das recomendações independerá do julgamento da tomada de contas extraordinária.

§ 9º A aplicação de multa em processo de tomada de contas extraordinária, instaurado nos termos do art. 262, não implicará prejulgamento das contas ordinárias da unidade jurisdicionada, devendo o fato ser considerado no contexto dos demais atos de gestão do período envolvido.

§ 10. Os relatórios das fiscalizações que tratem do mesmo objeto e que tenham sido previstas originariamente no Plano Anual de Fiscalização podem ser autuados em um único procedimento, para fins do § 2º.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

b) Sugere-se que os municípios sejam notificados do presente relatório com recomendação (avaliada a homologação de recomendações nos termos do Regimento Interno) para revisão periódica das suas Plantas Genéricas de Valores em linha com os prazos recomendados nos parágrafos 2º e 3º do art. 30 da Portaria MCid 511/2009 e fundamentada em estudos técnicos capazes de retratar os valores venais compatíveis com os de mercado;

O artigo 30 da Portaria n.º 511/2009 do Ministério das Cidades, em seus §§ 2º e 3º assim dispõem:

Art. 30. Recomenda-se que o resultado final da avaliação retrate a real situação dos valores dos imóveis no mercado, permitindo o fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e a promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes. (...)

§ 2º Para manter atualizada a base de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários recomenda-se que o ciclo de avaliação dos imóveis seja de, no máximo, 4 (quatro) anos.

§ 3º Para Municípios com população até 20.000 habitantes e em que não ocorra evidência de variação significativa nos valores dos imóveis, comprovada por meio de relatórios e pareceres técnicos, a avaliação de imóveis poderá ser dispensada no período de um ciclo, desde que observado o limite máximo de 8 (oito) anos.

Pois bem. Dá análise do Relatório emitido pela Coordenadoria resta claro que a atuação fiscalizatória desta Corte se demonstra oportuna, pois está focada na sensibilização quanto à importância do tema “Receita Pública” e na orientação aos municípios para a adoção de ações proativas baseadas em um adequado planejamento, em observância as normativas existentes.

Assim, acato a sugestão de homologação da recomendação sugerida pela Coordenadoria responsável.

Seguindo, a CAUD ainda propôs:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

a) Tornar público e promover a divulgação dos resultados desse levantamento por meio de link no sítio eletrônico do TCE-PR; (..)

c) Decorrente do levantamento, remete-se Proposta de Resolução dispondo sobre os prazos para atualização das plantas genéricas de valores para fins de IPTU e ITBI nos municípios paranaenses, cujo objetivo é o acompanhamento das revisões das Plantas Genéricas de Valores dos Municípios, especialmente quanto à sua defasagem. Referida proposta segue os moldes da Resolução 86/2021 desta Corte de Contas, que estabeleceu medidas de controle para o transporte coletivo em decorrência da pandemia da Covid-19.

Por entender ser de suma importância o conhecimento da matéria e as conclusões obtidas pela Coordenadoria por parte da população e dos municípios paranaenses, acolho a sugestão exposta na letra “a”.

Por fim, ressalto que foi instaurado procedimento específico para o trâmite da proposta de Resolução disposta na letra “d”, de modo que a análise desta ocorrerá nos devidos autos.

Diante da conformidade do processo com as disposições legais e regimentais aplicáveis à matéria e considerando o disposto do artigo 5.º, inciso XLII, do Regimento Interno⁸, **VOTO** pela homologação da recomendação compilada na peça 8, que segue reproduzida.

Ainda, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização - CGF para o atendimento da sugestão disposta no item 5, letra “a”, do Relatório de Levantamento (peça 3), e para, após o trânsito em julgado, o cumprimento do disposto no artigo 267-A, § 6.º, do Regimento Interno⁹.

⁸ Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno: (...)

XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I;

⁹ § 6º As recomendações homologadas serão encaminhadas ao jurisdicionado pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização ou pela Inspetoria de Controle Externo, conforme o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

As revisões das Plantas Genéricas de Valores não obedecem aos ciclos regulares de avaliação definidos pela Portaria MCid no 511/09, de modo que se encontram defasadas

Recomendação

Considerando a inobservância ao art. 33 da Lei Federal nº 5.172/1966 e aos arts. 29 e 30 da Portaria MCid nº 511, de 07 de dezembro de 2009, recomenda-se ao(s) ente(s) jurisdicionado(s) abaixo, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno, que adote(m), no prazo de 6 meses, nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a(s) seguinte(s) providência(s), com vistas ao fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e à promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes:

- Por meio de Lei, em sentido estrito, revisar periodicamente as Plantas Genéricas de Valores (PGV), adotadas para apuração das bases de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários, conforme os prazos recomendados nos parágrafos 2º e 3º do art. 30 da Portaria MCid 511/2009 e tendo por base estudos técnicos capazes de retratar os valores venais de acordo com os praticados no mercado.

O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos do art. 175-L, XIV, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno, mediante a apresentação de Lei - em sentido estrito - atualizada da Planta Genérica de Valores (PGV), sustentada em estudo estatístico específico que estima os valores venais para os imóveis localizados no perímetro urbano do Município, sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito(a), podendo este Tribunal requisitar o auxílio do(a) Controlador Interno(a) a fim de verificar a implementação da(s) medida(s) indicada(s).

Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controlador interno
399 municípios do Estado.	Prefeitos dos 399 municípios do Estado.	Controladores Internos dos 399 municípios do Estado.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

I- Homologar a recomendação compilada na peça 8, que segue reproduzida; e

II- determinar o encaminhamento dos autos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização - CGF para o atendimento da sugestão disposta no item 5, letra “a”, do Relatório de Levantamento (peça 3), e para, após o trânsito em julgado, o cumprimento do disposto no artigo 267-A, § 6.º, do Regimento Interno¹⁰.

As revisões das Plantas Genéricas de Valores não obedecem aos ciclos regulares de avaliação definidos pela Portaria MCid no 511/09, de modo que se encontram defasadas

Recomendação

Considerando a inobservância ao art. 33 da Lei Federal nº 5.172/1966 e aos arts. 29 e 30 da Portaria MCid nº 511, de 07 de dezembro de 2009, recomenda-se ao(s) ente(s) jurisdicionado(s) abaixo, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno, que adote(m), no prazo de 6 meses, nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a(s) seguinte(s) providência(s), com vistas ao fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e à promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes:

- Por meio de Lei, em sentido estrito, revisar periodicamente as Plantas Genéricas de Valores (PGV), adotadas para apuração das bases de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários, conforme os prazos recomendados nos parágrafos 2º e 3º do art. 30 da Portaria MCid 511/2009 e tendo por base estudos técnicos capazes de retratar os valores venais de acordo com os praticados no mercado.

O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos do art. 175-L, XIV, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno, mediante a apresentação de Lei - em sentido estrito - atualizada da Planta Genérica de Valores (PGV), sustentada em estudo estatístico específico que estima os valores venais para os imóveis localizados no perímetro urbano do Município, sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito(a), podendo este Tribunal requisitar o auxílio do(a) Controlador Interno(a) a fim de verificar a implementação da(s) medida(s) indicada(s).

Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controlador interno
399 municípios do Estado.	Prefeitos dos 399 municípios do Estado.	Controladores Internos dos 399 municípios do Estado.

¹⁰ § 6º As recomendações homologadas serão encaminhadas ao jurisdicionado pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização ou pela Inspetoria de Controle Externo, conforme o caso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO, NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas MICHAEL RICHARD REINER.

Plenário Virtual, 17 de março de 2022 – Sessão Ordinária Virtual nº 3.

FABIO DE SOUZA CAMARGO

Presidente